

COM BASE NO EDITAL Nº 01/2026



SME BÚZIOS-RJ

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BÚZIOS - RIO DE JANEIRO

PROFESSOR DOCENTE II LÍNGUA INGLESA

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Legislação Educacional
- ▶ Conhecimentos Específicos



BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA



AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





SME BÚZIOS RJ

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DE BÚZIOS - RIO DE JANEIRO

PROFESSOR DOCENTE II – LÍNGUA INGLESA

EDITAL Nº 01/2026

CÓD: OP-011FV-26
7908403587827

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Leitura e compreensão de textos variados; coesão e coerência: mecanismos, efeitos de sentido no texto; relação entre as partes do texto: causa, consequência, comparação, conclusão, exemplificação, generalização, particularização; conectivos: classificação, uso, efeitos de sentido	7
2. Modos de organização do discurso: descritivo, narrativo, argumentativo, injuntivo, expositivo e dissertativo; gêneros do discurso: definição, reconhecimento dos elementos básicos	15
3. Estrutura, classificação e formação de palavras	19
4. Funções e classes de palavras; flexão nominal e verbal; pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação; verbos: pessoa, número, tempo e modo; vozes verbais; transitividade verbal e nominal	20
5. Regência verbal e nominal	28
6. Figuras de linguagem; gradação e ênfase	29
7. Funções da linguagem	33
8. Sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos	33
9. Acentuação gráfica	34
10. Pontuação: regras e efeitos de sentido; recursos gráficos: regras, efeitos de sentido	35
11. Sintaxe do período simples; coordenação e subordinação	37
12. Crase	41

Legislação Educacional

1. Estatuto da criança e do adolescente - lei federal nº 8.069/90	49
2. Lei de diretrizes e bases da educação - lei federal nº 9.394/96	90
3. Lei brasileira de inclusão - lei federal nº 13.146/15	110
4. Plano nacional de educação - lei federal nº 13.005/14	128
5. Base nacional comum curricular	130
6. Plano municipal de educação de armação de búzios/rj	130
7. Diretrizes curriculares nacionais para educação básica	131
8. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afrobrasileira e africana – resolução nº 1/2024	131
9. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil	132
10. Diretrizes operacionais para a educação de jovens e adultos	132
11. Diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental de 9 (nove) anos	136
12. Pccr do magistério de armação dos búzios	144

Conhecimentos Específicos

Professor Docente II – Língua Inglesa

1. Métodos e abordagens de ensino da língua inglesa (metodologias pré-comunicativas; metodologias humanísticas; metodologias comunicativas; a conceituação de “competência comunicativa”; o ensino o inglês instrumental (esp) no brasil: compreensão leitora)	149
2. Compreensão de textos (estratégias de leitura: compreensão pontual e global; gênero textual e tipo de texto; inferência e dedução; relação texto-contexto; mecanismos de coesão e coerência)	153

ÍNDICE

3. Aspectos da léxico-gramática (processos de derivação: sufixação e prefixação; o sintagma nominal: determinativos, classes de substantivos, adjetivos, locuções adjetivas e pronomes; o sintagma verbal: classes, sistemas de tempo, aspecto e modalidade, concordância verbal, construções ativa e passiva; o sintagma adverbial: advérbios e adjuntos adverbiais; o sintagma preposicional: preposições simples e complexas, verbos frasais e preposicionais; coordenação e subordinação)	159
4. Perspectivas discursivas (discurso direto e relatado; funções comunicativas no texto; o inglês escrito e o falado inseridos no contexto das novas tecnologias de comunicação)	165

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA E COMPREENSÃO DE TEXTOS VARIADOS; COESÃO E COERÊNCIA: MECANISMOS, EFEITOS DE SENTIDO NO TEXTO; RELAÇÃO ENTRE AS PARTES DO TEXTO: CAUSA, CONSEQUÊNCIA, COMPARAÇÃO, CONCLUSÃO, EXEMPLIFICAÇÃO, GENERALIZAÇÃO, PARTICULARIZAÇÃO; CONECTIVOS: CLASSIFICAÇÃO, USO, EFEITOS DE SENTIDO

A leitura e interpretação de textos são habilidades essenciais no âmbito dos concursos públicos, pois exigem do candidato a capacidade de compreender não apenas o sentido literal, mas também as nuances e intenções do autor. Os textos podem ser divididos em duas categorias principais: literários e não literários. A interpretação de ambos exige um olhar atento à estrutura, ao ponto de vista do autor, aos elementos de coesão e à argumentação. Neste contexto, é crucial dominar técnicas de leitura que permitam identificar a ideia central do texto, inferir informações implícitas e analisar a organização textual de forma crítica e objetiva.

COMPREENSÃO GERAL DO TEXTO

A compreensão geral do texto consiste em identificar e captar a mensagem central, o tema ou o propósito de um texto, sejam eles explícitos ou implícitos. Esta habilidade é crucial tanto em textos literários quanto em textos não literários, pois fornece ao leitor uma visão global da obra, servindo de base para uma interpretação mais profunda. A compreensão geral vai além da simples decodificação das palavras; envolve a percepção das intenções do autor, o entendimento das ideias principais e a identificação dos elementos que estruturam o texto.

► Textos Literários

Nos textos literários, a compreensão geral está ligada à interpretação dos aspectos estéticos e subjetivos. É preciso considerar o gênero (poesia, conto, crônica, romance), o contexto em que a obra foi escrita e os recursos estilísticos utilizados pelo autor. A mensagem ou tema de um texto literário muitas vezes não é transmitido de maneira direta. Em vez disso, o autor pode utilizar figuras de linguagem (metáforas, comparações, simbolismos), criando camadas de significação que exigem uma leitura mais interpretativa.

Por exemplo, em um poema de Manuel Bandeira, como “O Bicho”, ao descrever um homem que revirava o lixo em busca de comida, a compreensão geral vai além da cena literal. O poema

denuncia a miséria e a degradação humana, mas faz isso por meio de uma imagem que exige do leitor sensibilidade para captar essa crítica social indireta.

Outro exemplo: em contos como “A Hora e a Vez de Augusto Matraga”, de Guimarães Rosa, a narrativa foca na jornada de transformação espiritual de um homem. Embora o texto tenha uma história clara, sua compreensão geral envolve perceber os elementos de religiosidade e redenção que permeiam a narrativa, além de entender como o autor utiliza a linguagem regionalista para dar profundidade ao enredo.

► Textos Não Literários

Em textos não literários, como artigos de opinião, reportagens, textos científicos ou jurídicos, a compreensão geral tende a ser mais direta, uma vez que esses textos visam transmitir informações objetivas, ideias argumentativas ou instruções. Neste caso, o leitor precisa identificar claramente o tema principal ou a tese defendida pelo autor e compreender o desenvolvimento lógico do conteúdo.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre os efeitos da tecnologia na educação, o autor pode defender que a tecnologia é uma ferramenta essencial para o aprendizado no século XXI. A compreensão geral envolve identificar esse posicionamento e as razões que o autor oferece para sustentá-lo, como o acesso facilitado ao conhecimento, a personalização do ensino e a inovação nas práticas pedagógicas.

Outro exemplo: em uma reportagem sobre desmatamento na Amazônia, o texto pode apresentar dados e argumentos para expor a gravidade do problema ambiental. O leitor deve captar a ideia central, que pode ser a urgência de políticas de preservação e as consequências do desmatamento para o clima global e a biodiversidade.

► Estratégias de Compreensão

Para garantir uma boa compreensão geral do texto, é importante seguir algumas estratégias:

- **Leitura Atenta:** Ler o texto integralmente, sem pressa, buscando entender o sentido de cada parte e sua relação com o todo.
- **Identificação de Palavras-Chave:** Buscar termos e expressões que se repetem ou que indicam o foco principal do texto.
- **Análise do Título e Subtítulos:** Estes elementos frequentemente apontam para o tema ou ideia principal do texto, especialmente em textos não literários.

AMOSTRA

▪ **Contexto de Produção:** Em textos literários, o contexto histórico, cultural e social do autor pode fornecer pistas importantes para a interpretação do tema. Nos textos não literários, o contexto pode esclarecer o objetivo do autor ao produzir aquele texto, seja para informar, convencer ou instruir.

▪ **Perguntas Norteadoras:** Ao ler, o leitor pode se perguntar: Qual é o tema central deste texto? Qual é a intenção do autor ao escrever este texto? Há uma mensagem explícita ou implícita?

► **Exemplos Práticos**

▪ **Texto Literário:** Um poema como “Canção do Exílio” de Gonçalves Dias pode, à primeira vista, parecer apenas uma descrição saudosista da pátria. No entanto, a compreensão geral deste texto envolve entender que ele foi escrito no contexto de um poeta exilado, expressando tanto amor pela pátria quanto um sentimento de perda e distanciamento.

▪ **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre as mudanças climáticas, a tese principal pode ser que a ação humana é a principal responsável pelo aquecimento global. A compreensão geral exigiria que o leitor identificasse essa tese e as evidências apresentadas, como dados científicos ou opiniões de especialistas, para apoiar essa afirmação.

► **Importância da Compreensão Geral**

Ter uma boa compreensão geral do texto é o primeiro passo para uma interpretação eficiente e uma análise crítica. Nos concursos públicos, essa habilidade é frequentemente testada em questões de múltipla escolha e em questões dissertativas, nas quais o candidato precisa demonstrar sua capacidade de resumir o conteúdo e de captar as ideias centrais do texto.

Além disso, uma leitura superficial pode levar a erros de interpretação, prejudicando a resolução correta das questões. Por isso, é importante que o candidato esteja sempre atento ao que o texto realmente quer transmitir, e não apenas ao que é dito de forma explícita. Em resumo, a compreensão geral do texto é a base para todas as outras etapas de interpretação textual, como a identificação de argumentos, a análise da coesão e a capacidade de fazer inferências.

PONTO DE VISTA OU IDEIA CENTRAL DEFENDIDA PELO AUTOR

O ponto de vista ou a ideia central defendida pelo autor são elementos fundamentais para a compreensão do texto, especialmente em textos argumentativos, expositivos e literários. Identificar o ponto de vista do autor significa reconhecer a posição ou perspectiva adotada em relação ao tema tratado, enquanto a ideia central refere-se à mensagem principal que o autor deseja transmitir ao leitor.

Esses elementos revelam as intenções comunicativas do texto e ajudam a esclarecer as razões pelas quais o autor constrói sua argumentação, narrativa ou descrição de determinada maneira. Assim, compreender o ponto de vista ou a ideia central é essencial para interpretar adequadamente o texto e responder a questões que exigem essa habilidade.

► **Textos Literários**

Nos textos literários, o ponto de vista do autor pode ser transmitido de forma indireta, por meio de narradores, personagens ou símbolos. Muitas vezes, os autores não expõem claramente suas opiniões, deixando a interpretação para o leitor. O ponto de vista pode variar entre diferentes narradores e personagens, enriquecendo a pluralidade de interpretações possíveis.

Um exemplo clássico é o narrador de “Dom Casmurro”, de Machado de Assis. Embora Bentinho (o narrador-personagem) conte a história sob sua perspectiva, o leitor percebe que o ponto de vista dele é enviesado, e isso cria ambiguidade sobre a questão central do livro: a possível traição de Capitu. Nesse caso, a ideia central pode estar relacionada à incerteza e à subjetividade das percepções humanas.

Outro exemplo: em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, o ponto de vista é o de uma narrativa em terceira pessoa que se foca nos personagens humildes e no sofrimento causado pela seca no sertão nordestino. A ideia central do texto é a denúncia das condições de vida precárias dessas pessoas, algo que o autor faz por meio de uma linguagem econômica e direta, alinhada à dureza da realidade descrita.

Nos poemas, o ponto de vista também pode ser identificado pelo eu lírico, que expressa sentimentos, reflexões e visões de mundo. Por exemplo, em “O Navio Negreiro”, de Castro Alves, o eu lírico adota um tom de indignação e denúncia ao descrever as atrocidades da escravidão, reforçando uma ideia central de crítica social.

► **Textos Não Literários**

Em textos não literários, o ponto de vista é geralmente mais explícito, especialmente em textos argumentativos, como artigos de opinião, editoriais e ensaios. O autor tem o objetivo de convencer o leitor de uma determinada posição sobre um tema. Nesse tipo de texto, a tese (ideia central) é apresentada de forma clara logo no início, sendo defendida ao longo do texto com argumentos e evidências.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre a reforma tributária, o autor pode adotar um ponto de vista favorável à reforma, argumentando que ela trará justiça social e reduzirá as desigualdades econômicas. A ideia central, neste caso, é a defesa da reforma como uma medida necessária para melhorar a distribuição de renda no país. O autor apresentará argumentos que sustentem essa tese, como dados econômicos, exemplos de outros países e opiniões de especialistas.

Nos textos científicos e expositivos, a ideia central também está relacionada ao objetivo de informar ou esclarecer o leitor sobre um tema específico. A neutralidade é mais comum nesses casos, mas ainda assim há um ponto de vista que orienta a

LÍNGUA PORTUGUESA

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - LEI FEDERAL Nº 8.069/90

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

§1º A garantia de prioridade compreende: (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;

b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;

c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;

d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

§ 2º Compete aos pais, além de zelar pelos direitos de que trata o art. 3º desta Lei, prestar aos filhos assistência afetiva, por meio de convívio ou de visita periódica, que permita o acompanhamento da formação psicológica, moral e social da pessoa em desenvolvimento. (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

§ 3º Para efeitos desta Lei, considera-se assistência afetiva: (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

I – orientação quanto às principais escolhas e oportunidades profissionais, educacionais e culturais; (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

II – solidariedade e apoio nos momentos de intenso sofrimento ou de dificuldade; (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

III – presença física espontaneamente solicitada pela criança ou adolescente quando possível de ser atendida. (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Parágrafo único. Considera-se conduta ilícita, sujeita a reparação de danos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, a ação ou a omissão que ofenda direito fundamental de criança ou de adolescente previsto nesta Lei, incluídos os casos de abandono afetivo. (Incluído pela Lei nº 15.240, de 2025)

Art. 6º Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

TÍTULO II DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE

Art. 7º A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

Art. 8º É assegurado a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

AMOSTRA

§1º O atendimento pré-natal será realizado por profissionais da atenção primária. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§2º Os profissionais de saúde de referência da gestante garantirão sua vinculação, no último trimestre da gestação, ao estabelecimento em que será realizado o parto, garantido o direito de opção da mulher. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§3º Os serviços de saúde onde o parto for realizado assegurarão às mulheres e aos seus filhos recém-nascidos alta hospitalar responsável e contrarreferência na atenção primária, bem como o acesso a outros serviços e a grupos de apoio à amamentação. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 4º Incumbe ao poder público proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009) Vigência

§ 5º A assistência referida no § 4º deste artigo deverá ser prestada também a gestantes e mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção, bem como a gestantes e mães que se encontrem em situação de privação de liberdade. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 6º A gestante e a parturiente têm direito a 1 (um) acompanhante de sua preferência durante o período do pré-natal, do trabalho de parto e do pós-parto imediato. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 7º A gestante deverá receber orientação sobre aleitamento materno, alimentação complementar saudável e crescimento e desenvolvimento infantil, bem como sobre formas de favorecer a criação de vínculos afetivos e de estimular o desenvolvimento integral da criança. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 8º A gestante tem direito a acompanhamento saudável durante toda a gestação e a parto natural cuidadoso, estabelecendo-se a aplicação de cesariana e outras intervenções cirúrgicas por motivos médicos. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 9º A atenção primária à saúde fará a busca ativa da gestante que não iniciar ou que abandonar as consultas de pré-natal, bem como da puérpera que não comparecer às consultas pós-parto. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§ 10. Incumbe ao poder público garantir, à gestante e à mulher com filho na primeira infância que se encontrem sob custódia em unidade de privação de liberdade, ambiência que atenda às normas sanitárias e assistenciais do Sistema Único de Saúde para o acolhimento do filho, em articulação com o sistema de ensino competente, visando ao desenvolvimento integral da criança. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 8º-A. Fica instituída a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, a ser realizada anualmente na semana que incluir o dia 1º de fevereiro, com o objetivo de disseminar informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da incidência da gravidez na adolescência. (Incluído pela Lei nº 13.798, de 2019)

Parágrafo único. As ações destinadas a efetivar o disposto no caput deste artigo ficarão a cargo do poder público, em conjunto com organizações da sociedade civil, e serão dirigidas prioritariamente ao público adolescente. (Incluído pela Lei nº 13.798, de 2019)

Art. 9º O poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas a medida privativa de liberdade.

§1º Os profissionais das unidades primárias de saúde desenvolverão ações sistemáticas, individuais ou coletivas, visando ao planejamento, à implementação e à avaliação de ações de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno e à alimentação complementar saudável, de forma contínua. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

§2º Os serviços de unidades de terapia intensiva neonatal deverão dispor de banco de leite humano ou unidade de coleta de leite humano. (Incluído pela Lei nº 13.257, de 2016)

Art. 10. Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a:

I - manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de dezoito anos;

II - identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente;

III - proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido, bem como prestar orientação aos pais;

IV - fornecer declaração de nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato;

V - manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe.

VI - acompanhar a prática do processo de amamentação, prestando orientações quanto à técnica adequada, enquanto a mãe permanecer na unidade hospitalar, utilizando o corpo técnico já existente. (Incluído pela Lei nº 13.436, de 2017) (Vigência)

§ 1º Os testes para o rastreamento de doenças no recém-nascido serão disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde, no âmbito do Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN), na forma da regulamentação elaborada pelo Ministério da Saúde, com implementação de forma escalonada, de acordo com a seguinte ordem de progressão: (Incluído pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

I – etapa 1: (Incluído pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

a) fenilcetonúria e outras hiperfenilalaninemias; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

b) hipotireoidismo congênito; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

c) doença falciforme e outras hemoglobinopatias; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

d) fibrose cística; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

e) hiperplasia adrenal congênita; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

f) deficiência de biotinidase; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

g) toxoplasmose congênita; (Incluída pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

II – etapa 2: (Incluído pela Lei nº 14.154, de 2021) Vigência

LÍNGUA PORTUGUESA

MÉTODOS E ABORDAGENS DE ENSINO DA LÍNGUA INGLESA (METODOLOGIAS PRÉ-COMUNICATIVAS; METODOLOGIAS HUMANÍSTICAS; METODOLOGIAS COMUNICATIVAS; A CONCEITUAÇÃO DE “COMPETÊNCIA COMUNICATIVA”; O ENSINO O INGLÊS INSTRUMENTAL (ESP) NO BRASIL: COMPREENSÃO LEITORA)

METODOLOGIAS PRÉ-COMUNICATIVAS

As metodologias pré-comunicativas representam os primeiros modelos sistematizados para o ensino de línguas estrangeiras. Essas abordagens surgiram antes da consolidação da perspectiva comunicativa, e sua principal característica é o foco na estrutura linguística, ou seja, no ensino explícito de regras gramaticais, vocabulário e tradução. Essas metodologias não se preocupavam, prioritariamente, com a comunicação real, mas sim com a precisão formal da linguagem.

Entre as principais metodologias pré-comunicativas estão a Gramática-Tradução e o Método Direto, cada uma com características próprias, mas ambas centradas em aspectos diferentes da linguagem que não necessariamente envolvem a interação comunicativa.

► Gramática-Tradução

Este método dominou o ensino de línguas por séculos, especialmente no contexto europeu. Sua aplicação se dava principalmente na leitura e tradução de textos clássicos. A meta principal era a aprendizagem das estruturas gramaticais por meio de regras e sua aplicação em traduções de sentenças isoladas.

As principais características dessa metodologia incluem:

- Ênfase na leitura e tradução de textos;
- Estudo explícito de regras gramaticais;
- Vocabulário aprendido por listas de palavras;
- Uso da língua materna como meio de instrução;
- Pouco ou nenhum foco na pronúncia e na oralidade.

A aprendizagem acontecia de forma bastante mecânica e intelectualizada. Os alunos, em geral, memorizavam vocabulários, paradigmas verbais e regras. A comunicação real, nesse método, era praticamente inexistente.

► Críticas ao método

Apesar de sua popularidade histórica, esse método começou a ser criticado por não desenvolver competências orais e auditivas, tão importantes na comunicação. O aprendizado era, muitas vezes, superficial e desconectado do uso prático da língua.

► Método Direto

Como reação às limitações do método de gramática-tradução, surgiu o Método Direto, no final do século XIX. Seu objetivo era criar uma experiência mais natural de aprendizagem, semelhante à aquisição da língua materna. Nesse método, a instrução era dada totalmente na língua-alvo, evitando a tradução.

Características principais:

- Aulas ministradas exclusivamente na língua estrangeira;
- Ênfase na comunicação oral desde o início;
- Vocabulário ensinado por meio de objetos, imagens e situações concretas;
- Gramática ensinada de forma indutiva (por meio de exemplos e uso real, não por regras explícitas);
- Interação oral entre professor e aluno como foco principal.

Esse método trouxe avanços significativos, principalmente no que diz respeito à oralidade, à imersão na língua e à compreensão auditiva. No entanto, também enfrentou críticas por negligenciar o ensino sistemático da gramática e por exigir professores com excelente fluência e treinamento.

► Outros métodos pré-comunicativos

Além desses dois, outras metodologias também são classificadas como pré-comunicativas, ainda que menos conhecidas. O Método Audiolingual, por exemplo, surgiu nos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial com o objetivo de formar soldados fluentes em diversas línguas. Ele se baseava em teorias behavioristas e propunha a repetição de padrões linguísticos até a automatização.

Principais traços do método audiolingual:

- Uso intensivo de repetição e memorização;
- Prática de diálogos prontos (drills);
- Ênfase na pronúncia e na entonação;
- Correção imediata de erros;
- Pouco foco no uso criativo da língua.

AMOSTRA

Esse método teve grande influência nos currículos escolares durante boa parte do século XX, especialmente nos Estados Unidos e no Brasil. Sua principal crítica foi o fato de que os alunos se tornavam bons repetidores de frases, mas não desenvolviam a capacidade de se expressar espontaneamente.

METODOLOGIAS HUMANÍSTICAS

As metodologias humanísticas surgem como resposta à rigidez e à artificialidade dos métodos anteriores, especialmente os pré-comunicativos, que muitas vezes ignoravam o papel ativo do aluno e suas necessidades emocionais no processo de aprendizagem. Essas abordagens são marcadas por uma visão mais ampla do ser humano, valorizando o aspecto afetivo, social e psicológico da aprendizagem de línguas. Aqui, o foco não está apenas na língua como um sistema, mas na pessoa que aprende, em suas experiências, motivações e relações interpessoais.

As metodologias humanísticas foram especialmente influenciadas pelas teorias de psicólogos como Carl Rogers e Abraham Maslow, que defendiam a importância da autoexpressão, da empatia e da aprendizagem centrada no aluno. Com base nesses princípios, surgem propostas pedagógicas que buscam tornar a sala de aula um ambiente mais acolhedor, significativo e colaborativo.

Características gerais das metodologias humanísticas:

- Valorização da individualidade e da subjetividade dos alunos.
- Ensino centrado no aluno e não no professor.
- Ênfase na expressão pessoal e no uso da língua em contextos reais e afetivos.
- Redução da ansiedade em sala de aula e fortalecimento da autoestima.
- Aprendizagem como um processo natural, conectado à vida do estudante.
- Integração de habilidades cognitivas, afetivas e sociais.

Essas características promovem uma aprendizagem mais significativa e duradoura, pois envolvem o estudante como um todo, e não apenas como receptor de informações.

► Abordagem Afetiva (Affective-Humanistic Approach)

A Abordagem Afetiva é talvez a mais representativa dentro das metodologias humanísticas. Inspirada no trabalho de Carl Rogers, essa abordagem enfatiza a criação de um ambiente seguro e emocionalmente positivo para a aprendizagem. O professor atua mais como um facilitador do que como uma autoridade transmissora de conhecimento.

Práticas comuns dessa abordagem:

- Atividades de autoexpressão, como escrita de diários ou compartilhamento de experiências pessoais.
- Trabalhos em grupo com foco na empatia e na escuta ativa.
- Discussões abertas, onde o conteúdo linguístico surge de forma espontânea e contextualizada.
- Feedback positivo e não ameaçador.

O aluno é incentivado a assumir responsabilidade pelo próprio processo de aprendizagem, o que favorece a autonomia e o engajamento.

► Sugestopedia

Criada pelo búlgaro Georgi Lozanov, a Sugestopedia é uma metodologia que procura eliminar bloqueios emocionais e mentais à aprendizagem por meio do relaxamento e do uso da música. Lozanov acreditava que os alunos aprendem melhor quando estão tranquilos e receptivos, em estado de sugestão positiva.

Aspectos centrais da Sugestopedia:

- Aulas com música clássica e ambiente confortável.
- Uso de dramatizações e textos literários para o ensino da língua.
- Ênfase em criar uma atmosfera agradável e lúdica.
- Confiança total no potencial do aluno, mesmo sem o esforço consciente de memorização.

Apesar de parecer excêntrica, essa abordagem mostrou bons resultados, especialmente em contextos onde os alunos sofriam com insegurança e medo de errar.

► Community Language Learning (CLL)

Esse método, desenvolvido por Charles Curran, é um exemplo claro de aplicação da psicologia humanista ao ensino de línguas. Inspirado na terapia de grupo, o CLL promove um ambiente de cooperação em que os alunos se sentem emocionalmente seguros para aprender.

Como funciona:

- Os alunos sentam-se em círculo e escolhem livremente o que desejam dizer na língua-alvo.
- O professor (chamado de “conselheiro”) ajuda com a tradução e pronúncia, sem interromper ou corrigir diretamente.
- As interações são gravadas e depois analisadas, promovendo reflexão linguística e emocional.
- O foco está no desenvolvimento da fluência e da confiança dos estudantes.

Esse método destaca a importância do vínculo entre professor e aluno, além de incentivar o trabalho coletivo como base para a aprendizagem.

► The Silent Way

Proposto por Caleb Gattegno, o Silent Way é uma abordagem que parte do princípio de que o professor deve falar o mínimo possível, permitindo que os alunos construam o conhecimento por conta própria. A ideia central é promover a autonomia e o raciocínio dos estudantes.

Principais estratégias:

- Uso de materiais visuais, como blocos coloridos e gráficos fonéticos.
- O professor atua como um guia silencioso, intervindo apenas quando necessário.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

